

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Doutorado em Ciência Política

Caio Marcondes Ribeiro Barbosa

O IEDI E O GOVERNO DILMA:
DO ENTUSIASMO À DESCONFIANÇA

Trabalho preparado para apresentação no
VIII Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 7 a 11 de maio de
2018.

São Paulo
Abril/2018

Resumo

O presente trabalho discutirá a relação entre empresários industriais brasileiros e o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), utilizando como estudo de caso o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Dilma iniciou seu governo com amplo apoio entre o empresariado industrial, com destaque para o Plano Brasil Maior, visando o aumento da competitividade da indústria brasileira em um contexto de crise internacional. Contudo, o entusiasmo dos empresários foi diminuindo gradualmente em seu governo, em um processo que se acelerou após a sua reeleição em 2014 e que culminou no impeachment em 2016.

Entre algumas hipóteses para explicar o afastamento do setor com relação ao governo, é possível citar a queda do crescimento da economia – junto à queda na taxa de lucro dos empresários – e o aumento do conflito entre a classe trabalhadora e o patronato, exemplificado pelo maior número de greves, principalmente a partir de 2013; o enfrentamento realizado pelo governo com o capital rentista, especialmente em razão de políticas como a redução de juros e a reforma do setor elétrico, que trouxeram desconfiança ao empresariado pelo alto grau de intervencionismo estatal na economia; e o anseio por parte dos empresários de implementar um severo pacote de políticas de austeridade que o governo petista não teria a ousadia de impor à classe trabalhadora. O trabalho, portanto, realizará a discussão dessas diferentes hipóteses, amparado na bibliografia histórica da atuação do empresariado industrial, suscitando as primeiras hipóteses e impressões da presente pesquisa em andamento e os próximos passos a serem seguidos na realização do trabalho.

1. Introdução

O impeachment de Dilma Rousseff em 2016 encerrou o período de 13 anos do PT à frente da presidência da República e trouxe um fim abrupto para o governo iniciado em 2011. Após um primeiro mandato marcado por baixo crescimento econômico, a vitória apertada da presidente reeleita em 2014, por 51,64% contra 48,36% de Aécio Neves, do PSDB, foi seguida por uma série de contestações e percalços. Dentre eles, como Singer (2015a) destaca, a rendição de Dilma a um projeto de austeridade fiscal com a nomeação para o ministério da Fazenda de Joaquim Levy, o avanço da Operação Lava Jato sobre importantes membros do PT, a rejeição das contas

pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e a ascensão de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, adversário da presidente.

Além disso, o novo mandato testemunharia a piora sensível dos indicadores econômicos. O desemprego, que fechou o último trimestre de 2014 em 6,5%, atingiu 9,0% no último trimestre de 2015, e 11,3%¹ no segundo trimestre de 2016, quando ocorre o impeachment. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), um dos índices de inflação, fechou dezembro de 2014 com a variação em 12 meses em 6,41% e atingiu 10,67%² em dezembro de 2015. Por fim, após crescer apenas 0,1% em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) do país sofreu uma grande retração, de 3,8%³, em 2015.

Em consequência, a popularidade da Dilma Rousseff sofreu um forte abalo, como Singer (2015a) atesta, caindo de 42%, em outubro de 2014, para 8%, em agosto de 2015. Soma-se a tudo isso manifestações pedindo o impeachment da presidente. No dia 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados aceitou o pedido de impeachment impetrado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. O processo se encerrou em 31 de agosto de 2016 com a votação no Senado Federal que resultou na cassação do mandato de Dilma e na ascensão de seu vice, Michel Temer.

A respeito da sua relação com o empresariado industrial, Dilma teve um bom início em seu governo. Um artigo da *Folha de S. Paulo* do final de 2011 relata a “blindagem” que o setor industrial lhe fornecia. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), um *think-tank* da indústria, seria pró-Dilma tanto nas ideias – em apoio à sua política desenvolvimentista – quanto nas pessoas, pois muitos de seus membros tinham um bom diálogo com o governo petista desde os tempos de Lula. Ao mesmo tempo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) era liderada por Paulo Skaf, filiado ao PMDB, e parte da base governista de Dilma⁴.

Com efeito, a presidente Dilma iniciara o seu governo tomando iniciativas de modo a beneficiar a indústria. Destaca-se a apresentação do Plano Brasil Maior em 2011 – almejando um aumento da competitividade da indústria brasileira em um cenário de

¹ Fonte: IBGE.

² *Idem*.

³ *Idem*.

⁴ Fonte: Folha de S. Paulo, 06 dez. 2011. *Dilma, a blindada, e empresários*. Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/mercado/13238-dilma-a-blindada-e-empresarios.shtml>. Acesso em 25 ago. 2017.

crise internacional – que fazia parte da chamada “nova matriz econômica”, com medidas como a redução dos juros, a desvalorização do real, a reforma do setor elétrico, o controle de capitais, as desonerações, as concessões reguladas para a infraestrutura, a proteção ao produto nacional e o uso do BNDES para fomentar o investimento. Inicialmente o plano foi recebido de forma positiva pela FIESP⁵ e pelo IEDI⁶. Contudo, apesar dessas iniciativas, o governo foi perdendo gradualmente o apoio dos setores industriais, o que se acelerou com a sua reeleição até o processo que culminou em seu impeachment.

A oposição mais veemente do setor industrial ao governo Dilma partiu da FIESP. Liderada por Paulo Skaf, a FIESP lançou, em outubro de 2015, uma campanha intitulada “Não Vou Pagar o Pato” contra a elevação da carga tributária e, em especial, o retorno da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)⁷. A campanha foi representada por um enorme pato inflável amarelo, que se tornaria um símbolo de manifestações contra o governo petista. Em seguida, a FIESP anunciou, no dia 14 de dezembro de 2015, o apoio formal ao impeachment de Dilma Rousseff. Em sua justificativa, a Federação alega que se baseou em uma pesquisa realizada entre 1.113 empresas paulistas, entre 9 e 15 de novembro, que teria revelado que 91% dos empresários defendiam o impeachment⁸.

O IEDI, por outro lado, adotou uma postura mais discreta, o que condiz com o seu perfil institucional. Como segue a descrição em seu site, o IEDI se caracteriza como uma instituição que “sempre se pautou por uma atuação isenta de partidarismos e de corporativismo”⁹. Mesmo assim, o instituto, representado pela figura de seu presidente, adotou um tom bastante crítico ao governo. Em fevereiro de 2014, Pedro Passos, um dos sócios da Natura e então presidente do IEDI, alertou em uma entrevista que os empresários não confiavam mais no governo: “O clima de confiança não existe, acabou.

⁵ Fonte: Valor Econômico, 02 ago. 2011. *Para FIESP, Plano Brasil Maior é “início correto”*. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/971224/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-%25E2%2580%259Cinicio-correto%25E2%2580%259D>. Acesso em 10 out. 2017.

⁶ Fonte: Carta IEDI, edição 486, 23 set. 2011. *Uma Análise do Plano Brasil Maior*. Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_486_uma_analise_do_plano_brasil_maior.html. Acesso em 10 out. 2017.

⁷ Fonte: Estado de S. Paulo, 01 out. 2015. *Skaf lança campanha ‘Não Vou Pagar o Pato’ em frente ao Congresso*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,skaf-lanca-campanha-nao-vou-pagar-o-pato-em-frente-ao-congresso,1772658>. Acesso em 25 ago. 2017.

⁸ Fonte: Estado de S. Paulo, 14 dez. 2015. *Fiesp declara apoio formal ao impeachment de Dilma*. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fiesp-declara-apoio-formal-ao-impeachment-de-dilma,10000004821>. Acesso em: 25 ago. 2017.

⁹ Fonte: Iedi.org.br. *Quem somos*. Disponível em: http://www.iedi.org.br/artigos/iedi/quem/quem_somos.html. Acesso em: 25 ago. 2017.

Falta direção. Não está claro para onde estamos indo, quais são os grandes compromissos. Isso cria instabilidade”¹⁰. A fala foi interpretada pelo governo como uma crítica de cunho político, tendo em consideração que o sócio de Pedro Passos, Guilherme Leal, tinha concorrido à vice-presidência da chapa opositora de Marina Silva, em 2010¹¹. Em novembro de 2014, Pedro Passos culpou a política macroeconômica pela crise da indústria brasileira¹². Em outubro de 2015, o novo presidente do IEDI, Pedro Wongtschowski, advertiu em entrevista que houve um ‘exagero’ nas desonerações promovidas pelo governo¹³. Entretanto, apesar do apoio formal da FIESP ao impeachment de Dilma, Wongtschowski se recusou a declarar um posicionamento, alegando que o IEDI prefere não firmar posição em temas “essencialmente políticos”, e que “cada empresário pode se posicionar”¹⁴. Em contrapartida, o IEDI lançou um documento com propostas gerais para o governo – sem especificar qual – conseguir reanimar a indústria chamado “Para Vencer a Crise”, fruto de debates organizados pelo instituto e assinado por seus conselheiros – representantes de 39 empresas, cujos ativos seriam equivalente a 28,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro¹⁵.

Este trabalho busca, portanto, avaliar como pensa a elite de empresários industriais reunidos em torno do IEDI e explicar uma mudança de posicionamento com relação ao governo de Dilma Rousseff e a sua política econômica. Por meio de um estudo de caso, a pesquisa visa analisar a relação entre o empresariado industrial e o governo Dilma, compreender os motivos para o afastamento de um governo que buscou atender às demandas do setor e explorar a visão ideológica e de país que esses empresários possuem. Isso será feito por meio de um estudo qualitativo (ainda a ser realizado), com a realização de entrevistas semiestruturadas com membros das empresas

¹⁰ Fonte: Estado de S. Paulo, 08 fev. 2014. ‘A confiança dos empresários no governo acabou’, diz sócio da Natura. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-confianca-dos-empresarios-no-governo-acabou-diz-socio-da-natura.177431e>. Acesso em 25 ago. 2017.

¹¹ Fonte: Estado de S. Paulo, 10 fev. 2014. Governo diz que crítica do Iedi é ‘política’. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-diz-que-critica-do-iedi-e-politica.177462e>. Acesso em 26 ago. 2017.

¹² Fonte: Estado de S. Paulo, 26 nov. 2014. Desafios da competitividade. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,desafios-da-competitividade-imp-.1598152>. Acesso em 25 ago. 2017.

¹³ Fonte: Folha de S. Paulo, 11 out. 2015. ‘Governo exagerou nos incentivos a empresas’, diz presidente do Iedi. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1692607-governo-exagerou-nos-incentivos-a-empresas-diz-presidente-do-iedi.shtml>. Acesso em 26 ago. 2017.

¹⁴ Fonte: Valor Econômico, 18 dez. 2015. Por um bom plano, país está disposto a sacrifício, afirma Wongtschowski. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4363266/por-um-bom-plano-pais-esta-disposto-sacrificio-afirma-wongtschowski>. Acesso em 26 ago. 2017.

¹⁵ *Idem*.

representadas no Conselho do IEDI, além da utilização de declarações à imprensa, boletins do instituto e outros documentos públicos. Neste momento, apresentaremos as primeiras impressões e hipóteses que investigaremos com base na bibliografia do tema, além dos próximos passos a ser seguidos no trabalho.

2. A bibliografia sobre empresários industriais

A emergência dos empresários industriais brasileiros como atores políticos pode ser traçada desde os anos 1930, durante a Era Vargas (DINIZ, 1978; BOSCHI, 1979). Para Eli Diniz (1978), desde os anos 1920 já é possível identificar uma atuação efetiva dos industriais em defesa de seus interesses. Porém, a partir dos anos 1930, essa atuação ganha amplitude e profundidade “até chegar à formulação de um projeto de expansão econômica centrada na industrialização” (DINIZ, 1978: p. 78).

Para Diniz (1978) e Boschi (1979), nos anos 1930, em um contexto de crise do liberalismo e fortalecimento do papel do Estado, os industriais adotaram uma postura antiliberal. Nesse sentido, a intervenção estatal na economia era vista como positiva quando assumia funções de regulamentar, supervisionar e coordenar os mecanismos do mercado. Entretanto, havia reservas quanto à atuação direta do Estado na economia, que era admitida apenas onde não havia atuação da iniciativa privada, vista pelos industriais como o principal fundamento da atividade econômica.

Diniz (1978) ainda lembra que, embora demonstrassem apoio ao discurso nacionalista da época, que coadunava com a tese da industrialização como forma de engrandecer o país, não seria possível atestar uma ideologia nacionalista por parte dos empresários industriais brasileiros. O apoio ao nacionalismo iria apenas até certo ponto, com sérias reservas à linha estatizante na economia, e sem apresentar oposição à presença de capital estrangeiro, que teria um papel importante na implantação do capitalismo industrial no Brasil, ainda que os industriais reivindicassem a preservação de um espaço econômico para a burguesia nacional. Esse discurso contraditório de pautas liberais, com a primazia da iniciativa privada, junto à defesa da atuação do Estado na economia, de forma a atender ao interesse dos industriais, seguiria marcante entre os empresários industriais brasileiros ao longo das décadas seguintes.

A atuação dos empresários industriais, contudo, partia de uma visão assaz imediatista, buscando a maximização de vantagens econômicas em um caráter particularista e corporativista. Diniz (1978) destaca que, para a obtenção de seus

interesses, isso significava muitas vezes alianças com grupos dos mais diversificados, principalmente os setores dominantes tradicionais. Assim, demandas imediatas eram obtidas ao custo de objetivos maiores que favorecessem o setor industrial de modo mais amplo e duradouro.

Fernando Henrique Cardoso (1964) analisa a atuação dos empresários industriais no período seguinte, pré-1964. Ao contrário de Diniz (1978) e Boschi (1979), o sociólogo considera que a ação empresarial brasileira foi acanhada até os anos 1950. Somente após a inversão maciça de capital estrangeiro no país, os grupos industriais passaram a atuar de forma mais agressiva “tanto no plano da concorrência e da organização da produção como no plano da sociedade global” (CARDOSO, 1964: p. 82). Em vez de liderar um projeto industrializante e de desenvolvimento para o país, os empresários industriais brasileiros assumiriam uma postura reativa, apoiando-se na ora na atuação do Estado, ora no investimento estrangeiro.

Assim, Cardoso (1964) entra em concordância com Diniz (1978) e Boschi (1979) sobre a dependência dos industriais da atuação do Estado. A heterogeneidade de setor dificultava a definição clara e coerente dos interesses de classe e propiciava uma atuação política dos empresários que, mesmo quando apelasse a interesses gerais, escondia propósitos individualistas, marcados pelo oportunismo de buscar algum grau de influência com setores do Estado garantindo, assim, proveitos diretos para si ou suas empresas. Mesmo assim, sem abdicar do amparo do Estado para atender seus interesses particulares, Cardoso reitera a tese anterior de Diniz (1978) e Boschi (1979) de que os empresários apresentavam temores quanto à intervenção estatal na economia, mantendo a crença na primazia da iniciativa privada.

Em sua pesquisa, Cardoso (1964) ainda ressalta que os grupos industriais podiam ser divididos em dois tipos: um capital nacional atuando como sócio-menor do capital estrangeiro e um capital nacional com apoio do Estado. Boschi apresenta tese similar ao afirmar que os industriais se localizavam “dentro do espaço de uma dependência contraditória ao Estado em termos da consolidação dos setores industriais estratégicos de base por um lado, e do capital estrangeiro em termos de tecnologia para a expansão industrial por outro” (BOSCHI, 1979: p. 87). Nenhum grupo, portanto, apresentava um projeto autônomo de desenvolvimento industrial. Isso significava, de forma consonante ao que Diniz (1978) alertou, que os industriais acabavam apelando a alianças com grupos sem o interesse em desenvolver a economia do país em termos que possibilitassem a sua hegemonia. Deste modo, o sociólogo atesta que “não assumindo

as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais”, perdendo a oportunidade histórica “de exercício pleno da dominação de classe” (CARDOSO, 1964: p. 180).

Renato Boschi (1979) dá prosseguimento ao estudo no período da Era Vargas e no período pré-1964 confirmando muitos dos achados de Diniz (1978) e Cardoso (1964). O autor destaca que, após 1945, emergem núcleos alternativos de debate e expressão da sociedade civil. Em particular no início da década de 1960, quando a Confederação Nacional da Indústria (CNI) seria “progressivamente assediada por elementos do regime populista em sua tentativa de absorção dos interesses industriais ao programa nacionalista radical”, as lideranças industriais passam a buscar fontes alternativas de articulação de interesses, com a percepção de que a CNI era “uma arena demagógica antes que de representação legítima de interesses” (BOSCHI, 1979: p. 82-83). Décadas depois, um sentimento similar por parte das elites industriais iria fomentar a criação do IEDI (KINGSTONE, 2008).

Boschi (1979) ainda destaca, no início dos anos 1960, as discussões na esfera do Fórum Roberto Simonsen. Diferentes empresários industriais manifestavam preocupações com os perigos representados pelo comunismo, os altos custos da legislação trabalhista, a ocorrência de greves e o desejo de manutenção da ordem legal no Brasil. Ainda que fossem manifestações dois anos antes do golpe de 1964, o autor ressalta que, mesmo sem poder avaliar se os industriais pensavam em uma solução institucional como a do golpe, “a opinião da elite estava se formando em termos de ideias que claramente levavam a esta alternativa” (BOSCHI, 1979: p. 92). De fato, em 1964, a polarização levou os empresários industriais a se colocarem do lado das forças autoritárias. Em um contexto histórico, Boschi afirma:

“Particularmente em momentos em que a sociedade se torna polarizada e se coloca a ameaça de uma ruptura representada por conflitos crescentes que o sistema não consegue mais absorver, os empresários industriais privilegiam uma solução autoritária visando assegurar a estabilidade e a continuidade do processo de acumulação, como bem ilustram os casos de 1937 e 1964” (BOSCHI, 1979: p. 95).

Já durante o regime militar, os industriais se encontraram em uma posição distante dos centros decisórios do poder. Boschi (1979) demonstra em sua pesquisa uma percepção por parte dos empresários de alijamento do processo decisório de políticas econômicas, embora as críticas ao regime não se estendessem a uma visão de extensão

de benefícios a outros setores da sociedade civil. Luciano Martins (1968) confirma, em sua pesquisa, esse sentimento entre industriais de perda de posição de poder no governo Castelo Branco em comparação ao governo Kubitschek. O autor ressalta, mesmo assim, que os empresários apoiaram a política econômica do governo: ou porque consideravam que era do interesse deles, ou porque não se sentiam livres para opinar contra. Assim, em concordância com a tese de Cardoso (1964), Martins declara que “o desempenho de um papel hegemônico nacional não parece ser contemplado como projeto possível e seu pela *burguesia nacional*” (MARTINS, 1968: p. 140). Assim, os industriais se encontram numa posição de dependência em relação ao Estado, e sentindo que o grau de dependência aumentou durante o regime militar.

Carlos Lessa (1988), analisando a década seguinte, reforça o sentimento de crescente insatisfação por parte dos empresários industriais quanto às decisões do regime militar. Parte da insatisfação derivava que, depois de o governo Geisel anunciar em 1974 o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em busca de prolongar o ‘milagre econômico’, em 1976, o governo abandona essa estratégia e demite o ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, que era favorável à defesa da indústria nacional, fortalecendo o ministro Simonsen, de linha mais ‘ortodoxa’. Porém, ainda antes de 1976, os industriais já se manifestavam contra o que consideravam uma ‘estatização da economia’ por parte do regime; ou seja, uma atuação excessiva de intervenção estatal, de forma que contrariava os seus interesses, e sem a participação de empresários no processo decisório.

Cardoso (1983) destaca que a defesa de maior liberdade econômica por parte dos empresários se associou à defesa de maior liberdade política; ou seja, da democracia. Embora os industriais não tivessem tomado a iniciativa de apoiar a abertura democrática, Cardoso afirma que eles tiveram um papel importante em dar repercussão ao movimento que partia da sociedade civil. Cruz (1995) reitera que os empresários não assumiram um papel de protagonistas para o processo de abertura política; todavia, Cardoso (1983) ressalta, mesmo assim, que o papel dos empresários foi estratégico, no sentido que estavam apenas defendendo seus interesses corporativos e apoiando uma transição nos moldes apregoados pelo regime, como a ideia de Geisel por uma abertura “lenta, gradual e segura”.

Com a abertura democrática, emergem novas formas de articulação por parte dos empresários industriais. A partir de revoltas dentro do âmbito da FIESP, alguns grupos decidiram se separar e criar seus próprios institutos de defesa do setor industrial. A

primeira rebelião ocorreu em 1986, com a criação do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, e a segunda em 1989, com a fundação do IEDI, em conjunto com a primeira eleição para presidente da Nova República. Para Kingstone (2008), o IEDI surge da percepção de líderes industriais de que a FIESP era incapaz de liderar a comunidade empresarial, enquanto Diniz e Boschi (2004, p. 55) alegam que o IEDI foi criado “por iniciativa de um pequeno número de empresários ligados a setores da grande indústria nacional [...] setores que seriam mais afetados pelas políticas de abertura da economia e privatização das estatais, seus clientes preferenciais”.

Kingstone (2008), que realizou entrevistas com conselheiros do IEDI nos anos 1990, revela a frustração de membros da IEDI com a atuação da FIESP, sentindo que a federação servia mais como um intermediário para um grande número de empresários pequenos e atrasados que pouco compreendiam os problemas econômicos brasileiros e que estavam mais interessados em como acessar os recursos do Estado. O autor alega que o IEDI foi criado, então, espelhando-se nos modelos da American Business Roundtable ou do Canadian Business Council on National Issues (atualmente Business Council of Canada), que reuniam apenas líderes empresariais em torno de uma mesma instituição. Assim, o IEDI foi criado, limitando o número de membros para apenas 30 indivíduos e atendendo a alguns critérios: eram todos ou relativamente “jovens” ou com uma visão modernizante; representavam uma ampla gama de interesses setoriais e regionais; eram todos donos ou presidentes de grandes empresas ou grupos empresariais, que financiavam a instituição com seu próprio dinheiro; e eram todos brasileiros (KINGSTONE, 2008: p. 79). Posteriormente, o IEDI expandiu o número de membros para 45, contando ainda com mais 3 conselheiros eméritos, membros históricos da instituição.

Após a sua fundação, o IEDI se tornou, rapidamente, uma das lideranças mais ativas do meio empresarial, conclamando por uma política industrial. Seu intuito era formar coalizões entre empresários, políticos, burocratas, partidos políticos e sindicatos em torno de propostas para o desenvolvimento da indústria (KINGSTONE, 2008), e apesar do número limitado de membros, o IEDI periodicamente convidava outros empresários para seminários e eventos para a discussão e financiamento de projetos conjuntos de pesquisa (DINIZ & BOSCHI, 1993). Porém, o IEDI limitou-se ao papel de reunir líderes industriais e suas ideias e opiniões gerais para o desenvolvimento da indústria no Brasil, perdendo força política com a hegemonia do ideário neoliberal no

governo FHC, o que implicaria “o desaparecimento da política industrial como objetivo legítimo da ação governamental” (DINIZ & BOSCHI, 2007: p. 47).

Ainda com o processo de abertura econômica e política, a atuação dos empresários industriais na política se diversificou. De acordo com Diniz e Boschi (2007), a partir da instauração da Nova República, a prática do lobby empresarial se generalizou, enquanto Mancuso (2007) relata o sucesso da atuação de industriais como grupo de interesse junto ao Congresso Nacional, nos anos 1990, realizando lobby junto a parlamentares para a redução do “custo Brasil”. Arbix e Negri (2012) revelam que algumas poucas empresas, motivadas pela abertura econômica, passam a apresentar um novo comportamento empresarial, investindo em inovação e competitividade para disputar o mercado internacional, exportando e investindo no exterior, e reduzindo a dependência tradicional do Estado brasileiro. E, ainda, alguns autores sugerem a cisão entre correntes ideológicas no empresariado brasileiro. Diniz e Boschi (2007) dividem o empresariado entre aqueles com uma visão mais desenvolvimentista e outros com uma visão mais neoliberal e globalista. Bianchi (2010), ao pesquisar a atuação da FIESP nos 1990, revela um ativismo intenso dos empresários e identifica uma divisão semelhante, entre o que ele chama de liberais-desenvolvimentistas e neoliberais. Por fim, Boito Jr. (2012) faz distinção entre uma burguesia interna que, mesmo buscando investimento externo, procura preservar e ampliar a sua posição no mercado nacional, e uma burguesia compradora, aliada subalterna do capital financeiro internacional.

Essa divisão entre o empresariado se faz evidente entre os governos que se seguiram de PSDB e PT. A princípio, de acordo com Diniz e Boschi (2007), o empresariado industrial apoiou em peso a eleição em 1994 e a reeleição em 1998 de Fernando Henrique Cardoso em defesa do discurso da estabilidade econômica, apesar de Boito Jr. (2012) ressaltar que ambos os governos FHC priorizaram o interesse da grande burguesia compradora e do capital internacional. O segundo governo de FHC, no entanto, passa a testemunhar a ruptura do consenso em prol da estabilidade econômica e surgem vozes críticas da burguesia à política neoliberal do governo. No entanto, o empresariado industrial se viu com seu poder de influência limitado como resultado do processo de esvaziamento de entidades de representação junto ao governo, e a concentração de poder na cúpula tecnocrática não contribuiu para reverter a tradicional tendência de vínculos informais e práticas de natureza clientelista, reforçando “a trajetória histórica do empresariado ao longo das várias fases da

industrialização brasileira: sua fraqueza enquanto ator coletivo” (DINIZ & BOSCHI, 2007: p. 53).

Em 2002, um grupo de empresários críticos à política econômica do governo FHC, incluindo o então presidente do IEDI, Eugênio Staub, apoiou a vitoriosa candidatura de Lula. Para alguns setores do empresariado, foi um alívio ver que o governo petista não rompeu contratos; todavia, alguns setores, inclusive o IEDI, criticaram a cautela excessiva do governo, que buscava conquistar a confiança do setor privado interno, criando e ampliando os canais de diálogo com os empresários (DINIZ & BOSCHI, 2007). Boito Jr. (2012) reforça que o governo Lula indicou uma trajetória de melhoria da posição ocupada pelos interesses da grande burguesia interna em detrimento dos interesses da burguesia compradora e do capital financeiro internacional, algo reiterado por Bresser-Pereira, que ressalta um pacto desenvolvimentista entre Lula e os empresários, deixando de fora a coalizão entre alta e média burguesia rentista e os financistas. Singer (2012) diverge dos autores anteriores, enxergando no lulismo um equilíbrio entre duas coalizões contrapostas: uma produtivista, reunindo setores da burguesia e a classe trabalhadora organizada, e outra rentista, com a facção financeira do capital e a classe média tradicional. De qualquer maneira, há consenso entre os autores que o governo de Lula teve apoio de amplos setores do empresariado, inclusive para a sua reeleição em 2006 e a eleição de sua sucessora em 2010, Dilma Rousseff.

É possível depreender da bibliografia, portanto, algumas características sobre a atuação política do empresariado industrial no Brasil. Destaca-se a dificuldade do empresariado de agir como um ator coletivo em prol de seus interesses, dividindo-se contraditoriamente em uma defesa de pautas liberais, na insistência da primazia da iniciativa privada e no temor de uma intervenção excessiva do Estado na economia, e em uma dependência do Estado para proteger os seus interesses, muitas vezes obtidas por práticas de cunho clientelista. Assim, o empresariado industrial resiste, ao longo da história, em assumir um papel hegemônico na sociedade, perdendo a possibilidade de ditar os eventos políticos ou mesmo de conduzir a política econômica.

3. Principais objetivos e hipóteses do trabalho

A presente pesquisa pretende se integrar e dar prosseguimento aos estudos anteriores sobre o posicionamento político e ideológico de empresários industriais em um momento importante da história brasileira, o período de 2011 a 2016 – desde o

início do primeiro mandato de Dilma Rousseff até o seu impeachment. O trabalho tem como objetivo compreender o processo de afastamento desse setor do governo Dilma, suas críticas à política econômica e o seu posicionamento na crise política que desencadeou o impeachment da presidente petista. Partimos da hipótese que, sem um projeto próprio para o país, os grandes empresários industriais teriam, então, seguido o movimento capitaneado por setores políticos e da sociedade civil que levaram ao impeachment de Dilma, sem ser o seu protagonista.

Consideramos o governo Dilma um processo de continuidade do lulismo, um projeto político que, na definição de André Singer, significa a “diminuição da pobreza com manutenção da ordem”, ou em outras palavras, “a adoção de políticas para reduzir a pobreza – *com destaque para o combate à miséria* – e para a ativação do mercado interno, *sem confronto com o capital*” (SINGER, 2012: p.13). Para este fim, como vimos anteriormente, o governo mantinha em equilíbrio duas coalizões de classe opostas: uma produtivista, reunido setores da burguesia e da classe trabalhadora organizada, e outra rentista. De acordo com Singer (2016), Dilma, em um ensaio desenvolvimentista buscando dar prosseguimento ao projeto lulista, rompeu este equilíbrio enfrentando o capital financeiro, com a redução da taxa de juros e pressionando o setor financeiro a estimular a produção, e não o rentismo, ao mesmo tempo em que promovia a reforma no setor elétrico e desonerações da folha de pagamentos de empresários industriais.

Entretanto, ao contrário do que se esperava, não houve investimentos significativos por parte da burguesia industrial, que gradualmente começa a abandonar a coalizão produtivista e se juntar aos rentistas numa frente única em oposição ao governo. Sem conseguir mobilizar as camadas populares ao realizar este enfrentamento, Dilma fez o que Singer (2015b) chamou de “cutucar onças com varas curtas”. Assim, isolado do capital, esse ensaio desenvolvimentista “abriu um vácuo sob os próprios pés e acabou por provocar a mais séria crise do lulismo quando a reação burguesa em favor do retorno neoliberal tornou-se incontestável” (SINGER, 2015b: p. 67).

Sem conseguir entregar crescimento econômico, o governo Dilma fracassou no seu intento e recuou do ensaio desenvolvimentista, retornando a uma política de aumento de juros, embora mantivesse as desonerações, numa política buscando a manutenção do emprego e do salário dos trabalhos. Em 2014, o Dilma acaba cedendo às pressões, e adota um programa neoliberal na economia, de forte ajuste fiscal, apesar de vencer as eleições com um discurso contrário ao mesmo (SINGER, 2016).

Algumas hipóteses podem ser traçadas sobre o posicionamento dos empresários neste período. Singer (2016) destaca a dupla condição de industriais e rentistas dos empresários e, portanto, um ataque ao capital financeiro não deixava de ser um ataque aos industriais também. Ao mesmo tempo, como vimos, o alto grau de intervencionismo na economia era um temor reiterado pela literatura de empresários industriais no Brasil, mesmo quando se buscava beneficiá-los. Faltou a Dilma a mobilização para este enfrentamento, e à indústria, a ousadia de investir no seu projeto desenvolvimentista. Cardoso (1964) refletiu sobre esse tipo de postura dos empresários industriais:

“Uns e outros têm a racionalizá-los a necessidade de acelerar o processo de mudança social preservando-se os ‘valores da Nação’, mas sofrem ambos do mal de origem: como as forças que os suportam estão vinculadas e se beneficiam da estrutura existente – precisamente a que deve ser mudada – receiam que qualquer movimento mais radical ‘ultrapasse os limites’ das modificações desejadas e consentidas, pondo por terra as possibilidades políticas de controle da situação” (CARDOSO, 1964: p. 85).

Rugitsky (2015), partindo de uma perspectiva kaleckiana, afirma que os empresários possuem instrumentos para pressionar o governo a realizar políticas que os atendam, como a ameaça do desemprego e a greve de investimentos. No caso do governo Dilma, havia o desejo de uma política de austeridade por parte dos empresários, e o pleno emprego sustentado pelos gastos públicos do governo Dilma abalava a confiança dos industriais. Assim, eles decidiriam por cessar os investimentos, de forma a pressionar o governo a reverter sua posição.

Martins (1968), em seu trabalho empírico com empresários industriais, encontrou que eles reconheciam um conflito de interesses com os operários, que só poderia ser intermediado por um governo populista. Assim, a aceitação por parte dos empresários a essa intermediação estaria condicionada aos seguintes fatores: “a) a uma expansão do sistema econômico que permitisse a absorção do conflito econômico e social, sem que a taxa de acumulação fosse significativamente atingida; b) à contenção do conflito político nas fronteiras da aceitação do sistema” (MARTINS, 1968: p. 150). Se reconhecermos o lulismo como um projeto que almejou essa intermediação, a queda do crescimento da economia junto com a taxa de lucro dos empresários, e o aumento do conflito político entre a classe trabalhadora e os empresários, exemplificado pelo aumento do número de greves a partir de 2013 (BRAGA, 2016), pode ajudar a explicar também um recuo dos empresários no apoio a Dilma, defendendo uma política de austeridade mais radical que o governo petista estaria disposto a fazer.

Boito Jr. (2012) reitera que a grande burguesia desejava a intervenção do Estado na economia, mas que tinha dificuldade em aceitar as concessões necessárias para manter a frente com os assalariados e o campesinato. O autor alerta que a possibilidade de uma das partes abandonarem essa frente era real. Em um contexto de crise econômica e queda de lucro dos empresários, a aceitação dessas concessões pode ter se tornado mais difícil, o que poderia explicar um recuo da burguesia industrial em continuar apoiando o governo Dilma.

O objetivo deste trabalho, portanto, é testar as hipóteses acima sugeridas por diferentes autores para explicar o afastamento do empresariado industrial do governo Dilma. Acreditamos que, por um lado, a crise econômica e, em particular, a queda brutal da produção na indústria, o que levou a grandes perdas por parte dos empresários, além da acentuação do conflito político, exemplificado pelo aumento expressivo do número de greves, fomentou o desejo de romper a coalizão de classes promovida pelo lulismo e apoiar um severo projeto de austeridade que o governo Dilma não teria a ousadia de impor à classe trabalhadora. Por outro, o alto intervencionismo do governo na economia, por mais que em benefício de setores industriais, abalou a confiança dos empresários, que, por conseguinte, não investiram da forma que o governo previa.

4. Os próximos passos e os procedimentos metodológicos a serem utilizados

Ao longo da pesquisa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os membros do Conselho do IEDI ou membros da alta gerência de suas respectivas empresas. De acordo com a última atualização no site do IEDI, do dia 20 de fevereiro de 2017, o Conselho é constituído, atualmente, de 48 membros representando 39 empresas diferentes, como Ambev, Natura, Gerdau, Votorantim, Suzano, Embraer, Ultrapar, entre outras¹⁶. Assim, a pesquisa almeja entrevistar ao menos 20 empresários, um de cada empresa representada no Conselho do IEDI.

A decisão de incluir membros da alta gerência das empresas entre os possíveis entrevistados parte da lógica de Bresser-Pereira (1973) de que o empresário não é apenas o inovador, mas também os continuadores; ou seja, aqueles responsáveis pela administração profissional das empresas e que participam de grandes decisões. Assim, é

¹⁶ A lista com os membros do Conselho do IEDI pode ser encontrada no endereço: http://www.iedi.org.br/artigos/iedi/conselho/conselho_do_iedi.html. Acesso em 27 set. 2017.

possível obter as opiniões de indivíduos que, embora não sejam os proprietários, estão em contato com eles e podem fornecer uma visão dos administradores de suas empresas.

O trabalho também será complementado pelo uso de outros meios, pesquisando e coletando entrevistas e declarações públicas dadas por esses empresários a meios de comunicação da grande mídia e a jornais setoriais no período dado (2011-2016), além de boletins, as *Cartas IEDI*, e outros documentos lançados pelo próprio IEDI. Assim, será possível obter informações valiosas sobre como pensavam em determinados momentos a respeito do governo, da política econômica e do país, mesmo daqueles que não estejam disponíveis para serem entrevistados por esta pesquisa.

Apesar das entrevistas com os empresários seguirem um roteiro, elas serão semiestruturadas. Isso significa que, para testar as hipóteses do trabalho, as entrevistas não serão estruturadas de modo que as respostas já sejam presumidas. Como Leech (2002) sugere, há benefícios em se seguir um caminho do meio, permitindo que as entrevistas possuam abertura o suficiente para envolver outros temas que forem sendo citados, além de outros tipos de perguntas mais básicas a serem adicionadas, como “por quê”, “como”, “quando”, “onde”, entre outras. Deste modo, a entrevista permite testar hipóteses sem deixar de explorar as falas dos entrevistados sempre que possível.

É verdade que entrevistas com elites apresentam desafios adicionais para esse tipo de método de pesquisa. Tratam-se de indivíduos preparados para esse tipo de situação e que podem deixar de revelar informações importantes caso assim quiserem. Aberbach, Chesney e Rockman (1975) elaboraram, portanto, três importantes considerações para o uso de entrevistas abertas com elites: um grau de pesquisa prévia sobre o indivíduo e os assuntos em questão; a validade das respostas; e a receptividade dos entrevistados. Sobre o primeiro ponto, isso implica que, antes das entrevistas, a pesquisa envolverá depoimentos anteriores dos entrevistados, além de estar munido de dados como a taxa de lucro da respectiva empresa no período, a taxa de investimento, o grau de internacionalização, entre outros aspectos, de modo a conduzir melhor a entrevista e saber filtrar as informações prestadas pelo entrevistado. Com relação ao segundo ponto, há o risco de que o entrevistado conduza a entrevista e fale o que ele deseja dizer. Isso reforça, portanto, a importância de que, embora as entrevistas tenham um grau de abertura, que elas sejam semiestruturadas de forma que siga o roteiro desejado pelo pesquisador. E quanto à terceira consideração, é essencial garantir a boa receptividade dos entrevistados, o que significa evitar “rótulos” ou demonstrar que se presumam opiniões negativas sobre seus posicionamentos. Assim, há maior

probabilidade de que os entrevistados se sintam confortáveis para emitirem suas opiniões sem temor de serem julgados ou mal interpretados.

Por fim, como se trata de um estudo de caso, compreendemos que não se pode formar uma conclusão sobre todo o empresariado industrial com base em apenas um número de empresas. Afinal, são representantes de pouco menos de 50 empresas de um total de 512.436 estabelecimentos industriais por todo o país¹⁷. Escolhemos analisar uma elite industrial, e elite aqui deve ser compreendido no sentido das grandes indústrias, de forma semelhante a que Boschi (1979) fez, que, dentre grandes indústrias, selecionou um grupo de grandes empresários entrevistados com base na sua reputação entre o setor. Para este trabalho, decidimos utilizar o IEDI como base justamente por reunir um grupo seletivo de grandes empresários industriais brasileiros.

Além disso, mesmo com um grupo seletivo de entrevistados, reconhecemos que são indivíduos de setores diversos, com necessidades diferentes, o que pode implicar, em alguns casos, visões contrastantes sobre governo e política econômica. Todavia, como se tratam de empresários de renome e de muitas empresas líderes de seus respectivos setores, acreditamos que seus posicionamentos – seja nas semelhanças, seja nas divergências – podem dizer muito sobre como pensa a elite industrial brasileira a respeito da política econômica e industrial do governo Dilma – esclarecendo o seu movimento do entusiasmo à desconfiança – e em termos do seu projeto de país e sobre as relações com o Estado.

¹⁷ Fonte: CNI

Referências bibliográficas

- ABERBACH, J. D.; CHESNEY, J. D. & ROCKMAN, B. A. **Exploring Elite Political Attitudes: Some Methodological Lessons.** IN: *Political Methodology*, vol. 2, nº 1, 1975, p. 1-27.
- ARBIX, G. & NEGRI, J. **Transformações na indústria e o novo empreendedorismo no Brasil: hipótese orientadora da PAEDI.** IN: TURCHI, L.; NEGRI, J. & COMIN, A. *PAEDI - Pesquisa sobre Atitudes Empresariais para Desenvolvimento e Inovação.* Brasília, IPEA, 2012.
- BIANCHI, A. **Um ministério dos industriais: a Federação das indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.** Campinas: Unicamp, 2010.
- BOITO JR., A. **Governos Lula: a nova burguesia no poder.** IN: BOITO JR., A. & GALVÃO, A. (orgs) *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.* São Paulo: Ed. Alameda, 2012, p. 67-104.
- BOSCHI, R. R. **Elites industriais e democracia.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- BRAGA, R. **O fim do lulismo.** IN: JINKINGS, I.; DORIA, K. & CLETO, M. (orgs.) *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Empresários e Administradores no Brasil.** 1ª ed. Brasil: Brasiliense, 1973.
- _____. **Governo, empresários e rentistas.** IN: *Folha de S. Paulo.* São Paulo, 02 dez. 2013. Mundo, p. 14-14. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/141743-governo-empresarios-e-rentistas.shtml>. Acesso em: 11 out. 2017.
- CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- _____. **O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro.** IN: *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 26, nº 1, jan. 1983, p. 9-27.
- CRUZ, S. V. e. **Empresariado e Estado na transição brasileira: Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977).** Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- DINIZ, E. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, E. & BOSCHI, R. R. **Brasil: um Novo Empresariado? Balanço de Tendências Recentes.** IN: DINIZ, E. *Empresários e Modernização Econômica: Brasil anos 90.* Florianópolis: Ed. da UFSC/IDACON, 1993.

_____. **Empresários, interesses e mercado: Dilemas do desenvolvimento no Brasil.** Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2004.

_____. **A Difícil Rota do Desenvolvimento: Empresários e a Agenda Pós-Neoliberal.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

KINGSTONE, P. R. **Corporatism, Neoliberalism, and the Failed Revolt of Big Business: Lessons from the Case of IEDI.** IN: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 40 (4), dez. 2008.

LEECH, B. **Symposium: Interview Methods in Political Science** IN: *PS: Political Science and Politics* 35(4), 2002.

LESSA, C. **A Estratégia de Desenvolvimento: Sonho e Fracasso.** Brasília: Funcep, 1988.

MANCUSO, W. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Humanitas Edusp, 2007.

MARTINS, L. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

RUGITSKY, F. **Do Ensaio Desenvolvimentista à austeridade: uma leitura Kaleckiana.** IN: BELLUZZO, L. G. de M. & BASTOS, P. P. Z. (orgs). *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff.* São Paulo: Carta Maior e Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O lulismo nas cordas.** IN: *Piauí.* Edição 111, dez. 2015a.

_____. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014).** IN: *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 102, p. 39-67, jul. 2015b.

_____. **A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista.** IN: SINGER, A. & LOUREIRO. I. (orgs). *As contradições do lulismo: A que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-54.